



em que o recurso hídrico foi efetivamente usado. Atualmente, a cobrança é feita em cima da revisão de uso do ano vigente, para que no ano seguinte o usuário informasse quanto usou e só no terceiro ano fossem feitos os devidos ajustes entre a revisão e o que realmente foi usado.

De acordo com a gerente de Instrumentos Econômicos de Gestão do Igam, Thaís de Oliveira Lopes, o órgão não vai mais trabalhar com essa revisão. Isso significa que será cobrado diretamente o que foi usado no ano anterior, conforme a regra que leva em consideração tanto a vazão outorgada a medição do que realmente foi consumido dos recursos hídricos. Além



[Clique aqui para assistir a íntegra da reunião do CERH](#)